

PDS insiste em ter Presidência da CPI sobre a dívida externa

BRASILIA (O GLOBO) — O PDS ameaçou não participar da Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara sobre o endividamento externo e as negociações com o Fundo Monetário Internacional (FMI), caso a Oposição (PMDB e PDT) não reveja sua posição de não querer conceder a Presidência do órgão ao partido do Governo.

O Líder do PDS, Deputado Nélson Marchezan, foi à tribuna ontem à tarde fazer uma reclamação, afirmando que a Oposição quebrou uma praxe que vem sendo seguida desde os tempos dos extintos MDB e Arena, ao querer conceder ao PDS, em minoria na CPI do Endividamento Externo e do FMI, o cargo de relator, e não a Presidência do órgão.

Segundo Marchezan, é praxe que aos partidos minoritários caiba a Presidência dos órgãos técnicos, como Comissões Mistas ou CPIs, ficando a maioria com o Relator — e assim foi, segundo ele, com a Comissão Mista que apreciou a Lei de Anistia: a então Arena ficou com o Relator e o então MDB com a Presidência (o Senador Teotônio Vilela).

A instalação da CPI do Endividamento Externo e do FMI deveria ser hoje, segundo indicação da Mesa da Câmara, mas o Líder Nélson Marchezan pediu o adiamento para a próxima semana para dar tempo às negociações, que ele considera necessárias, com os Líderes Freitas Nobre (PMDB) e Bocayuva Cunha (PDT), que não estavam ontem em Brasília.

Em nome da Liderança do PMDB, o Deputado Egydio Ferreira Lima (PE) concordou com a tese do entendimento prévio, mas preferiu que essa negociação se fizesse independentemente da instalação, que, para ele, deve ser hoje. O Presidente da Câmara, Deputado Flávio Marcilio, respondendo à reclamação e à posição do PMDB, disse que somente adiaria a instalação da CPI se houvesse, nesse sentido, entendimento comunicado por escrito pelas Lideranças.

Mais tarde, Nélson Marchezan disse que o Líder Freitas Nobre lhe havia telefonado e garantido ter in-



teresse num entendimento, que foi a sua proposta na tribuna.

Ele afirmou que não pode aceitar a situação atual, porque o PDS tem cinco membros (José Machado, Lúcio Alcântara, Luiz Fayet, Pratini de Moraes e Ricardo Fiúza), contra seis da Oposição (Aldo Arantes, Alencar Furtado, Aníbal Teixeira, Fernando Sant'Ana e Hélio Duque, pelo PMDB, e Sebastião Nery, pelo PDT), mas, apesar de majoritária na Comissão, a Oposição não aceita ficar com o Relator dos trabalhos.

Argumenta Nélson Marchezan que as oposições ficariam também com o Relator — a persistir a falta de acordo —, uma vez que, sendo maioria, poderiam rejeitar o parecer do Relator do PDS, além de comandarem os trabalhos da CPI, com a Presidência.

— Nós temos interesse em esclarecer de modo amplo a questão do endividamento externo e os acordos brasileiros com o FMI. Não queremos criar obstáculos. Mas, se não houver entendimento com as oposições, o PDS não participará da CPI. Na verdade, estamos sendo empurrados para fora da Comissão. Sem o PDS, essa CPI ficará eivada de parcialidade e, portanto, não representará mais a Câmara. Uma CPI composta de um só grupo partidário já nasce sob suspeição — disse Nélson Marchezan.

Até as 20 horas de ontem não havia ainda nenhum acordo entre os partidos do Governo e da Oposição, apenas a posição de Marchezan de retirar os parlamentares do PDS da CPI, se não houver acordo, e a posição do PMDB e do Presidente da Câmara no sentido de iniciar hoje os trabalhos da Comissão.